

## Mídias e educação: dicotomias e outras possibilidades

Media and education: dichotomies and other possibilities

**Ana Cláudia Mota Estevam**

Doutoranda em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina

E-mail: [ana\\_claudia33@hotmail.com](mailto:ana_claudia33@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9507-084X> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo ●

**Resumo:** As mídias têm permeado as relações entre pessoas e sistemas de maneira global, ocupando uma centralidade na vida contemporânea em termos de cultura, política, economia e relações pessoais. Nesse sentido, é preciso entender os limites e possibilidades ofertadas por essas mídias e a quem elas servem. Pensar a educação midiática consiste na apropriação instrumental, crítico e produtivo/criativo das mídias, tanto pelos professores e profissionais da educação, quanto pelos alunos e sociedade em geral, tendo em vista que esse conhecimento é essencial para a formação cidadã. A partir das experiências vividas pela autora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina e do trabalho como professora temporária da Rede Municipal de Ensino de São José-SC nos anos 2023 e 2024, é que se pretende refletir como lidar com a dicotomia entre os interesses mercadológicos por trás das tecnologias educacionais, considerando a verticalização dos processos governamentais no sistema educacional, e o papel da educação midiática na formação crítica, reflexiva e criativa para a cidadania.

**Palavras-chave:** educação midiática; cidadania; mídias; educação; mídia-educação.

**Abstract:** The media have permeated the relationships between people and systems on a global scale, occupying a vital role in contemporary life in terms of culture, politics, economy, and personal relationships. In this sense, it is necessary to understand the limits and possibilities offered by the media and to whom they are at the service of. Reflecting on media education involves the instrumental, critical, and productive/creative appropriation of media by both teachers and educational professionals, as well as students and society at large, considering that this knowledge is essential for civic education. Based on the author's experiences in the Graduate Program in Education at the Federal University of Santa Catarina and her work as a temporary teacher in the Municipal Education Network of São José-SC during the years 2023 and 2024, this reflection aims to address how to navigate the dichotomy between the market-driven interests behind educational technologies, considering the verticalization of governmental processes in the educational system, and the role of media education in fostering critical, reflective, and creative thinking for citizenship.

**Keywords:** media education; citizenship; media; education; media literacy education.

## Introdução

A sociedade atual tem sido permeada pelo uso constante de mídias/tecnologias para a mediação das relações, a exemplo do contato com outras pessoas e marcação de consultas por meio das redes sociais, acompanhamento de séries e filmes disponibilizados online em sites e *streamings*, o uso de plataformas para compra de comida, roupas, serviços e outros produtos, assim como na educação para registro de planejamento, notas, e outras demandas educacionais. Em pontos da cidade é possível ver outdoors digitais, grandes telas com propagandas comerciais e divulgação do trabalho de políticos. As notícias e mobilizações políticas tem acontecido, sobretudo, em massa nas redes sociais. Jornais e livros são lidos através das telas, eventos se realizam de forma híbrida ou completamente online. Tudo está conectado através da internet e das plataformas/*softwares*.

Considerando esse mundo mediado pelas mídias, é preciso pensar a formação humana para lidar com elas, de maneira que vá além da perspectiva técnica. Buckingham (2022), além de refletir sobre a relação entre o mundo “real” e o digital, fala sobre o papel da educação, mais precisamente da escola frente a esse cenário. Nesse sentido, ele defende a educação midiática, de maneira que educação para as mídias é muito mais que uma questão de saber usar, na dimensão instrumental, é preciso “um entendimento crítico profundo de como a mídia funciona, como comunica, como representa o mundo, e como é produzida e usada” (Buckingham, 2022, p. 19), sendo essa educação midiática um direito básico de todos os jovens, bem como um direito e dever social, constituinte de ser cidadão em uma sociedade de relações mediadas pelas tecnologias e suas possibilidades.

Ao tratar da discussão sobre o papel da educação midiática, se faz necessário considerar duas perspectivas, a político-econômica e formativa-cidadã. No contexto político, deve-se levar em conta os interesses das corporações ao participar ativamente nos provimentos dos recursos materiais, e em alguns contextos também da formação dos profissionais. Enquanto na ótica formativa-cidadã, é preciso levar em conta o direito dos professores e alunos aos recursos físicos, ao conhecimento, à crítica e a produção criativa com as mídias.

É fundamental que a escola, através dos profissionais e alunos, se aproprie das ferramentas digitais para subverter a lógica de dominação, conhecendo e transformando o contexto em que estão inseridos. Esse direito ao uso crítico das mídias digitais é uma

condição necessária para a formação cidadã no mundo contemporâneo, em que as tecnologias permeiam todas as esferas da vida.

A reflexão acerca dessa temática surgiu a partir de disciplinas que cursei no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em 2024, ofertadas pela linha de pesquisa Educação e Comunicação/ECO, bem como a partir das experiências que tive como professora na Rede Municipal de Ensino de São José - SC entre os anos de 2023 e 2024.

As disciplinas PGE510027-41000153DO (20241) - Questões de Epistemologia na Pesquisa em Educação/ECO e PGE410166-41000153DO/ME (20242) - Educação, Comunicação e Tecnologia, abordam a presença das mídias na educação e as relações de poder que permeiam essa interação, tendo em vista o contexto da escola e a formação de professores.

A partir das discussões dessas disciplinas, notei que enquanto alguns colegas destacavam as inovações tecnológicas, outros ponderavam sobre o controle e a manipulação de dados promovidos pelas grandes corporações (Zuboff, 2020). Embora essa e outras ideias tenham surgido ao longo das discussões, senti que o debate em torno dessas questões por vezes culminou em uma ênfase na dicotomia entre benefício e prejuízo.

A partir das discussões e experiências vividas nesses espaços é que surge a problemática que inspira este trabalho, que visa a reflexão sobre como lidar com a dicotomia entre os interesses mercadológicos por trás das tecnologias educacionais, considerando a verticalização dos processos governamentais no sistema educacional, e o papel da educação midiática na formação crítica, reflexiva e criativa para a cidadania.

Sendo assim, me proponho a discutir neste trabalho a educação midiática como um caminho para a cidadania tendo em consideração referências na discussão como Martín-Barbero (2014), Buckingham (2022) e Freire (2013). Além disso, abordarei o colonialismo de dados, a partir dos estudos de Silveira (2021), Zuboff (2020) e García Canclini (2021). As conexões teóricas serão relacionadas ao contexto da Rede Municipal de Ensino de São José-SC, a fim de que o debate possa se enriquecer a partir de experiências práticas.

## **Contextualização do campo teórico**

Considerando os estudos acerca de Martín-Barbero (2014), a linguagem é um elemento fundamental para a comunicação, sendo algo além de palavras vazias, mas um

meio de expressão, carregado de significados. Essa linguagem está presente no cotidiano humano, seja de forma presencial ou online, do diálogo entre as pessoas ou mediado pelas tecnologias.

A comunicação por sua vez, é esse espaço de conexões, ou como Martín-Barbero define, “A comunicação é ruptura e ponte: mediação.” (2014, p. 30). Nesse sentido, a comunicação é o campo onde se cruzam a complexidade histórica, social e cultural expressa através da linguagem, e essa linguagem é o que aproxima pessoas, media relações, dá vida a ideias, coloca a público o que antes habitava apenas o imaginário. E não existe apenas uma forma de linguagem, ou um meio de comunicação.

Com o desenvolvimento social-histórico, novos meios de comunicação têm surgido, com diferentes características, bem como novas práticas culturais, uma vez que há uma mudança significativa nas formas de relacionamento entre as pessoas, mediadas agora, em grande maioria, pelas mídias digitais. Acontece que “A mídia é simplesmente um fato na vida, uma presença mundana da qual a maioria de nós não quer ou não consegue escapar” (Buckingham, 2022, p. 24). E isso pode ser visto ou sentido à medida que acessamos contas bancárias; marcamos consultas; nos reunimos com familiares, amigos e colegas de estudo, ou trabalho, através de ligações de voz e/ou vídeo; registros de imagem de momentos especiais (fotos e vídeos); postagens e socialização através de aplicativos de rede sociais; entretenimento através de jogos e streamings; e outras possibilidades através do celular, tablets, televisões, leitores de e-book, consoles de videogames e outros.

Nesse sentido, é preciso levar em conta que esse contexto de cultura digital no qual estamos imersos é uma realidade que, além de modificar as formas de relacionamento entre indivíduos, também têm modificado as formas de aprender das crianças e jovens. Por isso, “fazer de conta que a mídia é apenas uma atividade trivial que nos faz perder tempo, ou que não tem nada a ver com o aprendizado dos jovens - é condenar a própria educação à irrelevância” (Buckingham, 2022, p. 30).

Martín-Barbero (2014) defende que “é a partir da e na escola que as *dimensões* e não só os *efeitos* culturais das tecnologias comunicativas, devem ser pensadas e assumidas” (p. 56). Sendo assim, a escola é um lugar fundamental de promoção da educação midiática, considerando essa dimensão de formação de sujeitos para a vida contemporânea.

Mas há empecilhos para que a escola possa desenvolver esse trabalho de educação midiática. No contexto das políticas brasileiras, o governo se exime da responsabilidade de centralizar e regular as empresas de mídias, apesar de ter sido uma

das propostas eleitorais do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por outro lado, as empresas de mídia, a exemplo do grupo Meta e X Corp, dispensam a responsabilização pelas contas e pelos conteúdos que veiculam informações falsas e de ataque a democracia. Um claro exemplo disso é a situação entre o Supremo Tribunal Federal e a Plataforma X do Elon Musk, com base em uma discussão que acusa o Estado brasileiro de censura, enquanto a plataforma veicula e favorece as contas com postagens que atacam a democracia do país. Para saber mais detalhes da discussão, recomendo o acesso ao site da Câmara dos Deputados (Miranda, 2024) e o Projeto de Lei 2630/20 que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet (Haje, 2020).

A isenção Estatal a respeito da regulação das empresas de mídia não é uma realidade apenas brasileira, a exemplo do contexto do Reino Unido apresentado por Buckingham (2022), mas também um problema a nível mundial. De acordo com García Canclini (2021, p. 193), “a falta de organismos globais e acordos firmes que ofereçam regras e multas para garantir tais políticas, a competição acirrada de economias financeirizadas e despreocupadas com o senso social tornam difícil encontrar um lugar para o pluralismo”, como também um limite para postagens como *fake news* e outros que vão contra os direitos humanos, a exemplos dos casos de *cyberbullying*, incitação ao ódio, racismo, ataque à democracia e soberania dos países e outros mais.

Essas empresas de mídias estão interessadas em manter seus modelos de negócios funcionando, num frenesi de caça-cliques (Buckingham, 2022), coletando dados, vendendo-os para terceiros, empresas e governos, enquanto estes utilizam os meios para manipular comportamentos. A circulação de *fake news*, propagandas enganosas e postagens preconceituosas possibilitam esse viés de alto engajamento e remuneração, tratando-se de um ciclo de coleta e estímulos altamente lucrativos. Esse tipo de “usos neoliberais das tecnologias mantêm e aumentam as desigualdades crônicas do capitalismo” (García Canclini, 2021, p. 15) e a desinformação.

Brzozowski e Melim (2021) falam a respeito da relação entre o biopoder e a subjetividade, sendo o biopoder o meio de administração da vida à medida que controla corpos e manipula fenômenos. O biopoder funciona através das redes, sobretudo as redes sociais, e esse “biopoder é difícil de ser localizado, pois está espalhado na vida social em agentes e instituições como a ciência, o capital, a mídia, além do próprio Estado” (Pelbart, 2007 apud Brzozowski; Melim, 2021, p. 5). O biopoder aqui está imbricado na dominação das grandes empresas de mídias, as *Big Techs* e nos governos que viabilizam a atuação destas, seja pelo incentivo financeiros e interesses escusos sobre os dados

gerados e a manipulação de comportamentos, ou pela negligência quanto a falta de regulamentação, fiscalização e autuação. O biopoder exercido por esses meios sociais online, inferem diretamente na vida das pessoas no que diz respeito a padrões de beleza, posicionamento político, estímulo ao excesso de compras, engajamento em jogos de apostas, tudo a partir de algoritmos que extraem informações de uso dos usuários destas redes, monitorando e influenciando diretamente na subjetividade dos cidadãos.

É nessa perspectiva que essas empresas colocam a relação de lucro acima das dimensões da vida e, com base nisso, vão promover a colonialidade de poder<sup>1</sup> a partir dos dados coletados (Silveira, 2021). Mas muitas pessoas não estão cientes de como esse ciclo funciona, nem dos interesses por trás das ações dessas empresas. García Canclini (2021) segue dizendo que “Os conhecimentos necessários para atuarmos como cidadãos diminuem por causa do roubo e ocultamento de dados por parte das corporações e governos. É muito o que não podemos saber ou, mesmo sabendo, parece inalterável” (p. 181), mas então, como proceder frente a essa realidade? Mediante aos apontamentos críticos sobre a intencionalidade de quem controla as redes, sobre quais interesses, é fácil seguir pelo caminho pessimista, e talvez até radical quanto aos malefícios das mídias digitais.

Mas é por esses e outros motivos que “Precisamos entender em detalhe como e por que as coisas funcionam, especialmente se quisermos que elas mudem” (Buckingham, 2022, p. 76), a fim promover uma educação midiática desde a educação básica para que as pessoas tenham a possibilidade de construir sua cidadania também no âmbito do digital. É fundamental entender para agir e superar a alienação técnica mencionada por Silveira (2021), que se refere ao uso das tecnologias como algo meramente instrumental, no entanto, esse tipo de alienação é o que leva ao colonialismo, a ideia de subjugação social aos interesses corporativos e governamentais.

Mas para modificar a lógica e a perspectiva social sobre as tecnologias, é importante viabilizar uma formação pata tal, garantir a mídia-educação no currículo das crianças e jovens, pensar também na formação docente, seja ela em caráter inicial, nas graduações, quanto na formação continuadas de professores que atuam nas redes municipais, estaduais e federais.

No contexto atual, há uma diferença considerável entre a maneira que os professores foram formados inicialmente nos cursos de graduação, nas formações

---

<sup>1</sup> Segundo Silveira (2021), para além do colonialismo histórico, há a colonialidade do poder, exercido por meio materiais, nesse caso, tecnológicos que se impõe através dos algoritmos na coleta e manipulação de comportamentos a serviço do neoliberalismo.

continuadas e a forma como os alunos do século XXI passaram a aprender, a partir das modificações culturais das relações mediadas pelas tecnologias. São dinâmicas diferentes para os quais os professores não foram e/ou não estão sendo preparados suficientemente, o que dificulta acompanhar e proporcionar um ensino significativo, em que o estudante se identifica e consegue estabelecer relações entre o que já conhece e os novos conhecimentos, e engajador a medida que os alunos se interessam e participam ativamente na própria formação, pois há uma “brecha cada dia mais ampla introduzida pelos meios entre a sensibilidade e a cultura pela qual os professores ensinam e aquela outra pela qual os alunos aprendem” (Martín-Barbero, 2014, p. 52)

Nesse sentido, as políticas e os sistemas educacionais acabam sendo cúmplices na submissão às *Big Techs*, tendo em vista que é “incapaz de pensar a envergadura das mudanças culturais que emergem na relação das crianças e dos jovens com os meios e as tecnologias audiovisuais e informáticas” (Martín-Barbero, 2014, p. 53). Os governos passam a entregar nossa soberania algorítmica nas mãos das empresas de mídia, sobretudo as estrangeiras, o que suprime por exemplo as produções tecnológicas criativas e produtos tecnológicos nacionais. Tal ação nos remete sempre ao controle dos monopólios mundiais, bem como os nossos dados a essas grandes empresas. Por isso é preciso analisar com rigor as perspectivas geopolíticas e econômicas, a fim de que haja uma verdadeira emancipação social e soberania popular sobre as tecnologias (Morosov, 2018).

Nota-se então um grande distanciamento entre os setores das políticas públicas no que tange à Comunicação, Cultura e Educação, com destaque para a desvalorização nacional. Sendo assim, não há mudança nos currículos de formação de professores, não há movimentação quanto às políticas e projetos de formação continuada dos professores - seja na educação básica, superior ou técnica - e no fim, ocorre uma movimentação hipócrita em que os Governos negam as tecnologias na escola, a exemplo da proibição do celular através da Lei nº 15.100 de 13 de janeiro de 2025, ao passo que fecha contratos milionários, que favorecem as empresas de tecnologias, inclusive com empresas estrangeiras, para inserção de recursos tecnológicos na escola. A pesquisa realizada por Almeida (2021) elucida essa parceria público-privada, tendo em consideração o projeto *Google for Education* (GfE), desenvolvido na rede pública estadual de Santa Catarina.

O *Google for Education* não é um exemplo das decisões e investimentos verticalizados, uma vez que não envolve os professores no processo, bem como outros especialistas, a fim de pensar a educação midiática a partir das reais necessidades, conhecendo a realidade das escolas e demandas profissionais e institucionais. Entende-



se que “Se o característico da cidadania é estar associada ao “reconhecimento recíproco”, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar nas decisões que dizem respeito à coletividade” (Martín-Barbero, 2014, p. 107). Se os governos e as políticas não levam em conta os sujeitos para quem se destina, esse trabalho está sendo feito erroneamente, ou não, caso a intenção seja justamente ignorar a construção coletiva e democrática do que de fato envolve a educação e ser cidadão de plenos direitos.

A perspectiva de García Canclini (2021) vai de encontro à reflexão sobre práticas de subversão da lógica mercadológica dos meios digitais, ele diz que “É necessário desenvolver uma cidadania de sondagem, teste e cooperação flexível” (p. 183). Ouso dizer que é uma sequência de hábitos a serem incorporados a nossa vida privada e para a atuação pedagógica junto aos alunos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas, são uma referência quanto a importância e necessidade de desenvolvimento no nosso país, assim como no mundo, sendo 17 objetivos ao todo (Ver mais em <https://brasil.un.org/pt-br>). A proposta da educação midiática se identifica de maneira direta com o objetivo 4 - Educação de qualidade e o objetivo 9 - Indústria, inovação e infraestrutura, mas perpassa também os outros 15 objetivos, pois há uma relação transversal.

De maneira prática, educação midiática defendida por Buckingham (2022) deve ser um componente obrigatório no currículo escolar da educação básica, tanto em termos de disciplina obrigatória quanto conhecimento transdisciplinar, pois trata de um estudo fundamental para a formação humana, social e cultural, pois “a tecnologia remete hoje não à novidade de uns aparatos, mas sim a novos modos de *percepção* e de *linguagem*, novas sensibilidades e escrituras. (Martín-Barbero, 2014, p. 79), as quais em grande medida permeiam as práticas de relacionamento e socialização das crianças e jovens dessa geração, principalmente fora da escola.

Infelizmente, no contexto das políticas educacionais, primordialmente brasileiras, “A escrita digital é hoje um direito primário do exercício de cidadania para o qual a escrita escolar não prepara” (Martín-Barbero, 2014, p. 125), as escolas, assim como os professores, não estão preparadas ainda. Daí a importância de se discutir a formação inicial e continuada desses profissionais.

Para finalizar essa seção com uma visão otimista, Martín-Barbero (2014) considera que “Estamos passando de uma *sociedade com* sistema educativo para uma *sociedade do conhecimento e aprendizagem contínua*, isto é, sociedade cuja dimensão educativa



atravessa tudo: o trabalho e o lazer, o escritório e a casa, a saúde e a velhice” (p. 121), por isso, como consequência urgente, é preciso mudar e aprimorar as práticas de ensino, considerando os atravessamentos políticos que configuram os meios digitais, como também as formas de aprender e se relacionar que constituem os âmbitos da cultura, do social, do político e do econômico.

## A escola no debate

As reflexões sobre a temática abordada no artigo, conforme mencionado anteriormente, advém da minha experiência como professora temporária na Rede Municipal de Ensino de São José/SC, onde trabalhei com turmas do segundo ano em 2023 e terceiro ano em 2024, em escolas distintas.

Em 2022, através da iniciativa da Prefeitura de São José em levar tecnologia digital para sala de aula, foi encaminhado às unidades gabinetes móveis, com função de recarga, com 36 Chromebooks, que são uma espécie de *netbook* (são *notebooks* menores) que funcionam com o sistema operacional da empresa *Google*. Para acesso dos alunos a esses aparelhos, a Secretaria de Educação encaminha para a escola os logins que são e-mails dos alunos com a estrutura: **primeironome.numeraçãodeseisalgarismos@aluno.edu.pmsj.sc.gov.br**, juntamente com a senha que é a data de aniversário do estudante.

Toda a equipe pedagógica também possui um e-mail de acesso a partir do nome e sobrenome de cada um, na seguinte estrutura: **primeironome.últimosobrenome@prof.edu.pmsj.sc.gov.br**, bem como a senha primária que é a data de aniversário, sendo orientado aos professores a troca da senha após o primeiro acesso. Com isso, é possível intermediar as atividades online através do *Google Classroom*, e os alunos podem fazer pesquisas com limitação de acesso a determinados sites, sendo que alguns sites já são bloqueados sob demanda da própria Secretaria Municipal de Educação.

Apesar de entender que as mídias na escola são um passo significativo para a perspectiva da educação midiática, há de se analisar esse contexto por diferentes ângulos. Primeiro na perspectiva do investimento, considerando quem está ganhando financeiramente com isso. Pois veja bem, os *Chromebooks* estão na escola e isso gera um custo de compra e manutenção física, bem como no armazenamento de dados. A empresa por sua vez, tem acesso às informações pessoais dos alunos e suas famílias, bem como as atividades, movimentações de cada conta, e como vimos anteriormente,

dados valem muito. Nesse sentido, “O capitalismo de vigilância reivindica de maneira unilateral a experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais.” (Zuboff, 2020, p. 18)

Outro fator importante é de que não há um diálogo direto da família ou fornecimento de informações, termos de uso ou consentimento por exemplo. Quanto aos professores, também há o aceite prévio de termos, a não ser quando faz o primeiro acesso a conta que já foi criada. Além disso, faltam formações adequadas para os professores sobre como utilizar esses recursos de forma instrumental, imagine só se de forma crítica e criativa.

Nesse sentido, é fundamental entender como funciona lógica por trás desses acordos e do objetivo dessas empresas, a fim de se munir contra, já que no contexto político e cultural em que vivemos, não dá para escapar. Segundo García Canclini (2021), “ser espectadores ativos ou usuários prosumidores não é sinônimo de ser cidadãos” (p. 57), e a educação midiática propõe justamente que possamos subverter essa lógica, compreendendo os mecanismos e participando ativamente para mudança dessa perspectiva.

Enquanto professora na rede, passei por situações diferentes em relação aos *Chromebooks*. Na primeira escola, onde trabalhava 20h, turno vespertino, com a turma do segundo anos das séries iniciais do Ensino Fundamental, vi o gabinete móvel apenas em duas situações, ambas no período das avaliações diagnósticas promovidas pelo município em que esse recurso era utilizado apenas com as turmas do quarto e quinto ano, ao passo que as turmas de primeiro, segundo e terceiro ano faziam a avaliação impressa. Vale ressaltar que era uma escola de porte mediano em que cada série tinha duas turmas em média, a equipe gestora estava desfalcada, faltavam profissionais, e as reuniões e paradas pedagógicas costumavam abordar questões pontuais sobre as turmas em termos de notas e comportamentos.

Além da indisponibilidade aparente dos *Chromebooks* para uso cotidiano eu também tinha insegurança em utilizá-los, apesar de estar fazendo o mestrado, pensando justamente nas práticas pedagógicas com mídias – ênfase para as digitais – era meu primeiro ano atuando como regente de sala, sem suporte da gestão ou mesmo dos colegas que pareciam alheios àquele recurso.

Quanto a segunda escola, essa era menor, de tempo integral e com uma equipe gestora mais estruturada, nesse sentido, o gabinete era algo mais comum no cotidiano da escola, em termos de visibilidade, mas que ninguém utilizava a não ser nas avaliações diagnósticas. Havia também uma limitação do alcance do sinal do *wi-fi* que foi sanado

algumas semanas depois do início das aulas, e em parceria com o professor de informática, começamos o trabalho com os *Chromebooks* em sala de aula, que posteriormente foram adotados por professores de outras áreas como Xadrez e Raciocínio Lógico.

Nessa segunda experiência, empoderada após a finalização do mestrado, compreendendo um pouco melhor a rotina da escola, com suporte da equipe gestora e em diálogo com o professor de informática, foi possível dar os primeiros passos com a minha turma do terceiro ano das séries iniciais do Ensino Fundamental, orientando o primeiro acesso, registro de logins e senhas nos cadernos e apresentação do *Google Classroom*.

Após duas semanas nessa função, já consegui fazer atividades de pesquisa, postagem de imagens e escrita de textos online com os alunos, além de avaliações do *Google Forms* e site pedagógico. Percebi o interesse positivo da gestão, tendo em vista o êxito da turma, os registros fotográficos, somado a um cuidado extremo para que os alunos não se levantassem das cadeiras enquanto estivessem com os *Chromebooks*, ou mesmo se movimentassem extremamente devagar.

Nessa perspectiva os aparelhos pareciam tão exóticos que havia um cuidado excessivo sobre o uso dos alunos. Bem, a portas fechadas, eu permitia que se movimentassem para ajudar colegas e para pesquisa conjunta, com todo cuidado claro, mas ainda assim, estimulando um trabalho colaborativo e com a possibilidade de SER estudante naquele contexto.

Contudo, no período em que atuei na rede, não recebemos formação para atuar pedagogicamente com os *Chromebooks*, fosse para conhecer ferramentas ou sites, planejamentos que incluíssem pesquisa online ou afins. Consegui desenvolver por ser uma pesquisadora da área e ter afinidade com esses meios. Mas e quanto aos professores que não tem ou tiveram acesso a essas vias, ou que não tem facilidade? Há alguns com dificuldades até mesmo de lidar com o sistema utilizado pela rede para frequência, postagem de avaliações e notas e outras funções mais, pensando em um uso individual, nesse caso. Mas e quanto a trabalhar os *Chromebooks* em sala de aula com cerca de 25 alunos, sem preparação mínima?

Nesse caso, aquela proposta inicial da Prefeitura em levar a “tecnologia digital para a sala de aula” perde o sentido. Essa situação revela o descompasso palpável entre as políticas públicas e a prática educacional. As tecnologias são inseridas nas escolas sem uma discussão crítica ou formação continuada para os docentes, o que resulta em uma imposição pouco significativa das ferramentas digitais ou mesmo o gasto/investimento

sem propósito a não ser o da campanha populista de “investimento na educação” e enriquecimento de empresas com dinheiro público.

Segundo García Canclini (2021), assim

Como nas decisões sobre a internet, reivindicar o papel do público na educação, na ciência, na saúde torna-se tarefa decisiva de cidadãos, importa tanto para os professores, pesquisadores e estudantes como para famílias atingidas, migrantes e trabalhadores nacionais (García Canclini, 2021, p. 191).

Por isso é preciso ouvir os professores que atuam na linha de frente, no chão da escola, bem como os especialistas na área da mídia-educação e trabalhar com eles, de forma parceira, cooperativa, dando condições de trabalho e valorizando-os, pois, estes são cidadãos formando outros cidadãos. No contexto atual, no que diz respeito as tecnologias sob a ótica digital e instrumental, crítica e criativa, essa cidadania lhes tem sido negada assim como para as crianças.

A regulamentação das redes é um outro debate essencial para o chão da escola e outros espaços, tendo em vista que “o risco de contar com poucos limites para aquilo que está permitido - sem ter critérios socioculturais e político compartilhados - torna urgente o desafio de definir o que temos em comum” (García Canclini, 2021, p. 63), numa perspectiva conceitual de público e comunidade, a nível mundial.

É certo de que “As próprias empresas da mídia obviamente tendem a resistir à regulação; no caso da mídia social, assumir a responsabilidade pelo conteúdo solaparia as bases de seu modelo de negócios” (Buckingham, 2022, p. 48), mas isso não deve inibir os governos de ditarem suas regras, tendo em perspectiva o direito dos cidadãos e a soberania nacional.

## Reflexões finais

Apesar dos desafios e dos questionamentos prudentes que devemos fazer quanto aos caminhos que os equipamentos tecnológicos trilham para escolar na escola, é preciso acreditar e empoderar a escola do seu papel fundamental que é de estimular a aprendizagem (Freire, 2013), de mediar a relação dos educandos para o mundo e lhes dar uma base de referência que impulse a curiosidade, a autonomia deles.

É crucial que os políticos e a sociedade como um todo superem a análise dicotômica sobre as mídias digitais, em termos de serem boas ou ruins ou mesmo de negá-las na escola pensando que estas são responsáveis ou que vão piorar os problemas já existentes. “É comum culpar a mídia ao se identificarem novos problemas sociais. Há

uma longa história desses temores, que podemos encontrar em mídias anteriores como jogos eletrônicos, televisão, quadrinhos, cinema e literatura popular” (Buckingham, 2022, p. 40), mas precisamos entender os interesses por trás dessas tecnologias para, então, utilizá-las de maneira crítica e subversiva, promovendo a emancipação dos sujeitos por meio da educação.

Como vimos na seção anterior, “os governos parecem determinados a resistir à inclusão da mídia no currículo escolar; por outro lado, anseiam em apoiar o impulso comercial de incorporar a tecnologia na educação em todos os níveis” (Buckingham, 2022, p. 117). Exemplos dessas divergências são o investimento de tecnologias na escola através da empresa Google, enquanto se aprova a proibição do celular. Esse é um retrocesso, pois na perspectiva da Educação Midiática, a educação e as políticas educacionais devem se pautar na formação para, com e sobre as tecnologias, ao passo que a proibição destas impactam no processo e direito de acesso e aprendizagem.

A educação midiática, como um direito essencial, é fundamental para a formação cidadã na sociedade contemporânea. Apesar das forças mercadológicas que dominam o cenário midiático, a escola deve assumir seu papel de promotora de acesso as tecnologias e de uma educação crítica, capaz de formar indivíduos conscientes e ativos. Como defende García Canclini (2021), é “necessário desenvolver uma cidadania de sondagem, teste e cooperação flexível” (p. 183), como prática alternativa para que possamos enfrentar os desafios presentes no contexto da cultura digital.

Mas para além da educação midiática dos sujeitos de aprendizagem, que possamos cobrar políticas de regulamentação dos meios em vista da responsabilização das empresas e da manutenção da soberania do nosso país, garantindo os direitos e deveres de todos quanto ao uso consciente e responsável, viável, dos meios.

Ficam então alguns questionamentos que podem ser explorados em outras pesquisas e trabalhos: Como se deu o acordo realizado entre Prefeitura e a empresa Google (em São José e outras cidades)? Quanto de dados tem sido cedido para Google e a questão da autorização/aceitação dos termos por parte das famílias? O que se tem de iniciativas ou planos para a formação de professores para lidar com esses “recursos”, quais são as alternativas? Essas e outras tantas questões pertinentes podem ser melhor exploradas, de acordo com cada pesquisador e lócus de pesquisa.

## Referências

ALMEIDA, Éverton Vasconcelos de. “Quando você se torna um educador Google”: integração de tecnologias digitais ao currículo da Educação Básica como estratégia neoliberal. 2021. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

BRZOZOWSKI, Fabíola Stolf; MELIM, Mauricio José. *Imagem e biopoder: um estudo dos processos de subjetivação implicados nas dinâmicas do Instagram*. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 18, p. 01-21, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/79112/45778>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077/10270>. Acesso em 06 ago. 2022.

BUCKINGHAM, David. *Manifesto pela educação midiática*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022. - 136 p.

CHRISTIAN, Hérica. Senado proíbe celular em escolas do ensino infantil, fundamental e médio. *Agência Senado*, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/12/18/senado-aprova-proibicao-do-uso-de-celular-e-tablets-por-alunos-do-ensino-infantil-fundamental-e-medio#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Senado%20aprovou,estudantes%20que%20necessitem%20de%20acessibilidade>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. p. 21-63.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Cidadãos substituídos por algoritmos*. São Paulo: Ed. USP, 2021.

HAJE, Lara. Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara. Reportagem de Lara Haje. Edição de Pierre Triboli. *Agência Câmara de Notícias*, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MIRANDA, Tiago. Polêmica entre Elon Musk e Alexandre de Moraes repercute nos discursos de deputados. Reportagem de Tiago Miranda. Edição de Geórgia Moraes. *Agência Câmara de Notícias*, 09 abr. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1050358-polemica-entre-elon-musk-e-alexandre-de-moraes-repercute-nos-discursos-de-deputados/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

MOROZOV, Evgeny. Capitalismo tecnológico e cidadania. In: *Big tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ. *Prefeitura de São José leva tecnologia digital para sala de aula*. Disponível em: <https://saojose.sc.gov.br/prefeitura-de-sao-jose-leva-tecnologia-digital-para-sala-de-aula/22778/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. A hipótese do colonialismo de dados e neoliberalismo. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; SOUZA, Joyce; CASSINO, João Francisco (Orgs.). *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

ZUBOFF, Shoshana. Lar ou exílio no futuro digital. ZUBOFF, Shoshana. In: *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

## NOTAS

### AUTORIA

**Ana Cláudia Mota Estevam**

Doutoranda em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina

[ana\\_\\_claudia33@hotmail.com](mailto:ana__claudia33@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-9507-084X>

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

### AGRADECIMENTOS

Agradeço a contribuição dos colegas que fizeram comigo as disciplinas PGE510027-41000153DO (20241) - *Questões de Epistemologia na Pesquisa em Educação/ECO* e PGE410166-41000153DO/ME (20242) - *Educação, Comunicação e Tecnologia*, pelas discussões acerca da temática das tecnologias na educação e a relação com a escola e agradeço a minha orientadora Andrea Brandão Lapa que realizou a correção do ensaio que resultou neste artigo.

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



## **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITOR**

Daniel Serravallo de Sá

## **HISTÓRICO**

Recebido em: 20-12-2024 – Aprovado em: 28-05-2025 – Publicado em: 04-06-2025.